

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em

Direito Público

Lato Sensu





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito público	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	14
Diferenciais tecnológicos	15
Ingresso	16

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um **estudo com mais agilidade, foco e rendimento.**

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com **professores renomados** que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de **recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas,** para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que, pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, **recomendada por mais de 2 milhões de alunos.**

CONHEÇA NOSSA

METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por 3 módulos,
liberados progressivamente
a cada 60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos
com vídeoaulas, aulas
interativas ao vivo, slides e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Gustavo Scatolino Silva
Coordenador

Graduado em Direito, Especialista em Direito Administrativo e em Processo Administrativo.

DIREITO PÚBLICO



Este curso é estruturado em disciplinas voltadas ao domínio de todo o Direito Público, partindo-se da premissa de capacitar o profissional para transitar com habilidade e segurança em sua atuação, inclusive no que tange ao cenário de incertezas jurídicas e políticas. O conteúdo das disciplinas é pautado na interdisciplinaridade e na interconexão de temas em cada uma das áreas do direito público, preparando o aluno para os desafios vivenciados com as modificações recentes na legislação e na multiplicidade de decisões judiciais impactantes, oriundas especialmente do STF e do STJ.

DESTAQUES DO CURSO

Capacitar os profissionais que busquem se aperfeiçoar na área do direito público.

Incentivar a melhor compreensão do papel de cada um dos Poderes, podendo, a partir daí, formar a opinião própria e de terceiros de modo adequado e com a isenção desejada.

Habilitar o interessado para utilizar esse conhecimento na resolução prática de problemas reais que surgirão no exercício profissional.

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o administrado e o Estado.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito, bacharéis, licenciados e tecnólogos de outras áreas do conhecimento que tenham interesse em adquirir conhecimentos requeridos pela Administração Pública.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Público tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Direito Constitucional	60h
02	Direito Processual Penal	30h
03	Direito Ambiental	20h
04	Direito Administrativo	60h
05	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	20h
06	Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas II	30h
07	Direito Tributário	20h
08	Direito Financeiro	10h
09	Direito Penal	30h
10	Seguridade Social e a Nova Previdência	40h
11	Cooperação Policial e a Cooperação Jurídica Internacional	10h
12	Direito Premial (Acordos de Não Persecução, Delação e Colaboração Premiada)	30h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40h/a
TOTAL DO CURSO		400 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO CONSTITUCIONAL	Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder Constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
DIREITO PROCESSUAL PENAL	1. Constitucionalização do direito processual penal. 2. Sistemas processuais penais. 3. Persecução penal inquisitorial: o inquérito policial e as demais formas de investigação criminal. Inquérito policial e a moderna doutrina processualista: (in) dispensabilidade do inquérito. A função de filtro processual. Ministério Público e inquérito. 4. Persecutio criminis in judicio: direito público subjetivo de ação. A (in) existência de lide no processo penal. 5. Procedimentos: da distinção entre processo e procedimento. Espécies de procedimento. O papel do juiz no rito. Poderes instrutórios e limites. 6. Prisões: a prisão provisória como exceção teórica e regra prática no processo penal. Espécies de prisão provisória: prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária: limites e constitucionalidade. 7. Provas: ônus probatório e princípio da presunção da não culpabilidade. Teoria da limitação das provas ilícitas: ilegalidade, ilicitude e ilegitimidade. Ilicitude por derivação. Teorias correlatas: teoria da mancha purgada, teoria da fonte independente, teoria da descoberta inevitável, teoria do risco e teoria da exceção da boa-fé: o direito processual penal brasileiro e a inspiração da Suprema Corte dos EUA. 8. Sentença penal: congruência no processo penal. Emendatio e mutatio libelli. Sentença suicida e autofágica. 9. Inovações no processo penal: lei anticrime e lei de abuso de autoridade.

<p>DIREITO AMBIENTAL</p>	<p>Direito ambiental e direitos humanos. Evolução da legislação ambiental: diagnósticos e perspectivas. Instrumentos de proteção ambiental. Da proteção ao meio ambiente enquanto interesse transindividual. Papel do Estado na proteção dos bens ambientais nas esferas cível, administrativa e penal. Meio ambiente e Política de Desenvolvimento Urbano. Jurisprudência na área ambiental.</p>
<p>DIREITO ADMINISTRATIVO</p>	<p>Introdução ao direito administrativo. Princípios administrativos. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes administrativos. Agentes públicos. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Improbidade administrativa. Responsabilidade civil do estado. Intervenção do estado na propriedade. Bens públicos. Controle administrativo.</p>
<p>TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS</p>	<p>Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Princiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.</p>
<p>TEORIA GERAL DO PROCESSO CONSTITUCIONAL E AÇÕES CONSTITUCIONAIS COLETIVAS II</p>	<p>Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo Constitucional. Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Normas Fundamentais Processuais. Conceitos. Princiologia do Direito Processual Constitucional. Instrumentos constitucionais/processuais. Instrumentos constitucionais de garantia dos Direitos Fundamentais. Jurisdição constitucional das liberdades. Processualística Recursal Constitucional: Recursos Ordinário, Especial e Extraordinário Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais. A Tutela Coletiva de Direitos no Sistema Processual Brasileiro. Fundamentos e Princípios Constitucionais do Processo Coletivo. Ações Constitucionais Coletivas Típicas: Ação Civil Pública. Ação Popular. Mandado de Segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisdicionais.</p>

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema Tributário Nacional. A Relação jurídico-tributária. Espécies tributárias. Limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios e imunidades). Competência tributária. Repartição da receita tributária. Espécies tributárias: taxa, contribuições de melhoria e empréstimo compulsório, impostos em espécies e contribuições sociais. Legislação tributária: fontes do direito tributário: fontes formais e fontes materiais. A vigência da legislação tributária. A aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária: conceito e natureza. Obrigação principal e acessória. Fato gerador: conceito e desdobramentos. Fato gerador da obrigação principal e da obrigação acessória. Sujeito ativo da obrigação principal. Sujeito passivo da obrigação principal. Solidariedade tributária. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: Lançamento. Espécies de lançamento. Decadência e prescrição. Crédito tributário: conceito e desdobramentos. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. A administração tributária: As atividades de arrecadação, fiscalização e tributação. A cobrança amigável. A dívida ativa. A cobrança judicial. As certidões negativas.

DIREITO FINANCEIRO

Atividade financeira do estado (fins e forma) – fenômenos econômicos e financeiros. Despesas públicas. Receitas públicas. Orçamento. Crédito público. O Direito Financeiro Positivo Brasileiro. Constituição Federal e Legislação pertinente (Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei de Orçamentos, Lei de Responsabilidade Fiscal). Controle e Fiscalização.

DIREITO PENAL

Teorias do crime. Teoria da norma. Teoria do fato típico: destaque para conduta, dolo, culpa, omissão, nexos causal, iter criminis. Destaque: responsabilidade por omissão do compliance officer. Erros. Concurso de pessoas. Ilícitude. Culpabilidade. Teorias e dosimetria da pena. Principais crimes contra a fé pública. Principais crimes contra a administração pública. Principais crimes da Lei 8.666/93. Principais crimes da Lei 8.137/90.

SEGURIDADE SOCIAL E A NOVA PREVIDÊNCIA

Evolução histórica da Proteção Social. A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Estrutura e Organização da Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Regimes de Previdência. RGPS. Beneficiários do RGPS. Qualidade de segurado. Comprovação e manutenção da qualidade de segurado. Carência para fins de concessão dos benefícios no RGPS. Cálculo da Renda Mensal Inicial. Benefícios em espécie. Revisões de benefícios previdenciários. Custeio da Seguridade. Regime Próprio de Previdência Social. Previdência Complementar. Contexto Atual da Proteção Social. Reforma da Previdência: EC 103/19. Crimes contra a Previdência.

COOPERAÇÃO POLICIAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

O papel da Cooperação Jurídica Internacional. Autoridade Central no exercício da Cooperação Jurídica Internacional. A Cooperação Jurídica Internacional e o Superior Tribunal de Justiça. A importância da Cooperação Jurídica Internacional para a atuação do Estado Brasileiro no plano interno e internacional. Cooperação Jurídica Internacional. Assistência Jurídica Internacional Gratuita. Cooperação Policial e auxílio direito. Interpol. Tratados e Convenções.

DIREITO PREMIAL (ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO, DELAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA)

Conceito e origem do Direito Premial. Direito Comparado. Acordos de não Persecução Criminal, Delação e Colaboração Premiada (Histórico, natureza jurídica, capacidade postulatória, requisitos, contrapartidas, direitos e deveres do colaborador, direitos e deveres de quem postula). Negociação. Teoria dos Jogos. Princípios. Regras de Corroboração. Parâmetros e alcance da negociação. Encontro Fortuito de Provas. Teoria do Juiz Aparente. Compartilhamento de elementos. Competência e Prerrogativa de Foro. Homologação Judicial. Descumprimento do Acordo e seus efeitos. Acordos de Leniência. Plea Bargain. Estudo de casos. Jurisprudência.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito Público é EaD?

Sim! Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

O curso de Pós-Graduação em Direito Público é autorizado pelo MEC?

Sim, todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação – MEC.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 6 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Público é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu, o que isso significa?

As pós-graduações lato sensu compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado. Ademais são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim, o calendário de programações com as respectivas datas previstas está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, o aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais, para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

Download de materiais para estudo offline, assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

App compatível com iOS e Android, para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do Youtube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nessa jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

